

Áreas de interesse do volume:

Comunicação  
Língua portuguesa

Para uma comunicação eficiente, seja ela oral ou escrita, é necessário ordenar as ideias. Primeiro, fazer uma previsão do que será exposto e planejar o itinerário a seguir, com ponto de partida e de chegada. Depois, desenvolver o tema por partes e concluir em poucas palavras.

Edivaldo Boaventura apresenta as minúcias dessas etapas e discute a função e as características de cada uma delas. Com linguagem clara e objetividade, convida o leitor a uma leitura rápida e agradável.

Há quadros de resumo da teoria no final dos primeiros tulos e, ao longo do livro, são apresentadas fichas com um plano de exposição.

*Edivaldo Boaventura é livre-docente em Educação da Universidade Federal da Bahia e pela Universidade de Quebec, no Canadá, e doutor em Administração Educacional pela Universidade Estadual da Pensilvânia, nos Estados Unidos.*

**Edivaldo Boaventura**

**Como ordenar  
as ideias**

8085  
B66C  
200

ISBN 978-85-08-10387-4



9 788508 103874

08 / 04 / 11

34985

25492

© Edivaldo Boaventura

Editor-chefe  
Editoras assistentes  
Revisor  
Estagiária

Carlos S. Mendes Rosa  
Tatiana Vieira Allegro e Tatiana Corrêa Pimenta  
Maurício Katayama  
Monise Martinez

ARTE

Editor  
Diagramadora  
Capa e projeto gráfico  
Emendas de reimpressão  
Paginação

Vinicius Rossignol Felipe  
Leslie Moraes  
Homem de Melo & Troia Design  
Casa de Ideias  
Moacir K. Matsusaki

## EQUIPE DA IMPRESSÃO ANTERIOR

Diretor editorial adjunto: Fernando Paixão • Editor adjunto: Carlos S. Mendes Rosa • Revisão: Ivany Picasso Batista (coord.) • Editor de arte: Antonio Paulos • Assistente de arte: Claudemir Camargo

## EDIÇÃO ORIGINAL

Direção: Benjamin Abdala Junior e Samira Youssef Campedelli • Preparação de texto: Mário Tadeu Bruçó

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

B636c  
9.ed.

Boaventura, Edivaldo M. (Edivaldo Machado), 1933-  
Como ordenar as ideias / Edivaldo Boaventura. – 9.ed. – São Paulo : Ática, 2007.  
59p. - (Princípios ; 128).

Inclui bibliografia comentada  
ISBN 978-85-08-10387-4

1. Associação de ideias. 2. Comunicação – Aspectos sociais. I. Título. II. Série.

06-2562.

CDD 302.2  
CDU 316.77

ISBN 978 85 08 10387-4

2010  
9ª edição  
3ª impressão

Impressão e acabamento: Cherma Indústria da Arte Gráfica

Todos os direitos reservados pela Editora Ática  
Av. Otaviano Alves de Lima, 4400 – CEP 02909-900 – São Paulo, SP  
Atendimento ao cliente: 0800-115152 – Fax: (11) 3990-1776  
www.atica.com.br – www.atica.com.br/educacional – atendimento@atica.com.br



## Sumário

- 1. Introdução 7**
- 2. O anúncio do tema 11**
  - Refletir antes de anunciar 12
  - A função da introdução 13
  - Os requisitos da introdução 16
  - Exemplo de introdução 20
- 3. O desenvolvimento por partes 25**
  - A decomposição como condição da compreensão 25
  - Aproximação do plano definitivo 26
  - A quantidade das partes 28
  - Tipos de divisões vitandos 32
  - Busca do equilíbrio 37
  - Exemplo de divisão por partes 40
- 4. O resumo marcante 43**
  - Brevidade na conclusão 44
  - Marcar para plantar 45
  - Janela para o futuro 45
  - Exemplo de conclusão 47
  - Plano completo do exemplo 50
- 5. Epílogo 51**
- 6. Vocabulário crítico 53**
- 7. Bibliografia comentada 57**

*... conduzir por ordem os meus pensamentos, começando pelos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus...*

*Descartes*

# 1 Introdução

A arte de bem exprimir o pensamento consiste em saber ordenar as ideias. Ordem que dá clareza a toda comunicação.

E como se ordenam as ideias? Fazendo a previsão do que se vai expor.

Da reflexão, passa-se ao plano. Elaborar o plano é fixar a ordem do desenvolvimento da exposição, uma vez que ele não é outra coisa senão previsão. Dispor as ideias de maneira que se tornem um instrumento eficaz para o expositor. O plano é o itinerário a seguir: “um ponto de partida”, onde se indica o que se quer dizer, e “um outro de chegada”, onde se conclui. Entre os dois, há as etapas, isto é, “as partes” da composição. Construir o plano é, em última análise, estabelecer as divisões.

O segredo de toda arte de exprimir consiste, para Jean Guitton, em dizer a mesma coisa três vezes:

Partindo daí, eu ensinava aos meus alunos que o segredo de toda a arte de se expressar consiste em dizer a mesma coisa três vezes. Anuncia-se; desenvolve-se; finalmente, resume-se em poucas palavras. Em seguida, passa-se a uma outra ideia. E meus alunos daquela época transformaram estas regras numa canção:

Diz-se o que se tem a dizer  
já se disse  
Diz-se o que já foi dito.

O tema é de todos, mas o plano é de cada um. É a contribuição pessoal. Dizia um aluno, expressando o que havia de seu, em trabalho escolar: “— Professor, de meu, nessa prova, só existe o esquema”.

Assim é o verdadeiro plano, trabalho original.

Ninguém, como os franceses, soube estabelecer as regras para ordenar o pensamento. Descartes ensina: “(...) conduzir por ordem os meus pensamentos, começando pelos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus (...)”

André Maurois indaga se existem métodos que permitam ao homem conduzir seus pensamentos de tal maneira que seus atos, em sua continuidade, encontrem caminho fácil entre os seres e as coisas. Essa reflexão sobre a arte de exprimir em ordem os pensamentos nasceu na França. É uma questão de método.

Mas, para que ordenar as ideias?

Todo aquele que tem algo para dizer deve saber esquematizá-lo. Plano para tudo, pois “tudo depende do plano”, segundo Goethe.

É óbvio que, em todo trabalho a ser feito, um plano é necessário. O arquiteto faz a planta antes de construir a casa. O empresário projeta a indústria que vai instalar. O Estado programa a aplicação dos recursos. E, se os bens são escassos e as necessidades ilimitadas, traça-se um plano de escolha. De igual sorte, deve-se antever, refletida e metodologicamente, o que se vai comunicar.

O plano é útil quer em razão da comunicação, quer por motivo pedagógico.

Quanto à comunicação, é possível demonstrar que, pelo plano, o pensamento pode ser expresso com sistema, com maior eficácia. Sem estabelecer um plano sobre o que se vai

escrever, as dificuldades depressa começam a surgir. Sem plano, há o risco de se perder sem se aprofundar em nenhum aspecto e pode-se acabar por fazer um trabalho superficial.

A propósito, eis a primeira recomendação: o plano traz clareza à exposição. A utilidade do plano é inconteste, sobretudo para certo tipo de comunicação, como a prova, a preleção, a aula, o discurso, a conferência, o relatório, o artigo. Se há um tema para tratar, como arrumar as ideias? Percebe-se a vantagem do plano, ao esquematizar uma tese.

Que dizer no início e no fim do discurso? É do que se tratará a seguir: pensar nos pressupostos e nas questões prévias que ajudam a ordenar o pensamento. Primeiro pensar, para depois expressar. A ausência do plano implica repetição. E quem a suporta?

O motivo pedagógico está no hábito de disciplinar a mente. Da disciplina, ao comunicar para o ordenamento do espírito, vai-se, pouco a pouco, aprendendo a disposição lógica das coisas. Dizem os franceses: “um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar”. Não estaria no exercício contínuo de arrumar o pensamento uma das explicações da reconhecida clareza do espírito francês? O pensar claro, por partes, é a inevitável contribuição de sua inteligência ao mundo.

Como ordenar as ideias? Em que se fundamenta esta maneira de arranjar o assunto antes de comunicá-lo?

A arte de exprimir consiste em estabelecer as indicações para a elaboração do plano. Elaborar o plano é ter a exposição mentalmente pronta, sem a haver sequer, materialmente, iniciado. Feito o plano, está pronta a estrutura; falta o recheio. Elaborar o plano é simplesmente prever o que será comunicado. Acrescente-se que construir o plano é encontrar as combinações e ligações naturais do tema. É preciso buscar as partes do conjunto, como Mozart procurava as notas que se amavam: “Eu procuro as notas que se amam”. Laboriosa e pequena agonia é fazer e refazer o esquema:

risca-se; anota-se; rasgam-se folhas de papel até alcançar “o ponto da possibilidade”, de que falava Retz.

Refletindo acerca da previsão do que se vai anunciar, observam-se pontos que precisam ser definidos logo no início, outros que devem aparecer no corpo da exposição e alguma coisa, finalmente, deve ser dita para concluir. Tudo estará harmônico e perfeito se houver introdução, desenvolvimento do corpo do assunto e conclusão.

Antes de tudo, convencer-se da necessidade de dizer o que se vai expor. Em primeiro lugar, anunciar o assunto. É a introdução; o seu papel é colocar o tema.

Uma vez prometido, desenvolver o tema por partes. A reflexão inicial forneceu os aspectos principais e, ao se firmar neles, deve-se construir as partes da comunicação.

Por último, que haja a preocupação em deixar alguma coisa de tudo o que se disse. Saber marcar. Resumir em poucas palavras, em um só traço. É a conclusão.

Em três partes será exposto como se ordenam as ideias ou se organiza um texto. E, também, a aplicação do plano em exemplos, como fez Leon Fletcher.

#### *Formato do plano da exposição*

1. Introdução — o anúncio do tema.
2. Corpo da exposição — o desenvolvimento por partes.
3. Conclusão — o resumo marcante.

## 2 O anúncio do tema

Anuncia-se o assunto na introdução. Ao se receber uma visita, a primeira coisa é abrir-lhe a porta. Da mesma forma, na exposição é preciso abrir o assunto.

A introdução encerra, implicitamente, toda a exposição, dando ideia de como será desenvolvida. Para tal, ela precisa conter certa dose de entusiasmo. Não há por que se precipitar de chofre sobre o assunto. Carece incitar, previamente, o auditório. Acender os *flashes* principais da exposição, prestando atenção para o ponto de partida. Preparar-se para a marcha inicial. Não se começa viagem sem se saber o destino; fazem-se provisões e previsões; avisam-se os amigos e hotéis.

A introdução é o espaço onde se anuncia, se coloca, se promete, se desperta... Introduzir é convidar. Mas para que se possa pensar “o que vou dizer” é preciso haver refletido sobre o assunto, pois anunciar pressupõe reflexão prévia. Cícero já prevenia:

O exórdio deve sempre ser cuidadoso, engenhoso, alimentado de pensamentos, ornado de expressões justas, sobretudo bem apropriado à causa. É o exórdio que dá uma ideia do resto do discurso e lhe serve de recomendação; é preciso pois que ele encante logo e ganhe os ouvintes.

## Refletir antes de anunciar

Como liberar o potencial de ideias? Antes de tudo, é necessário compreender plenamente o assunto, a partir do enunciado. Para tanto, aplicar todo o espírito em descobrir o alcance, implicações e limites do *tema central*. Entranhá-lo nele e possuir o seu sentido até que ele se torne absolutamente claro. Dirigir a exposição, como os sinais de trânsito orientam os motoristas. Saber reservar essa parcela de tempo para o trabalho inteiramente mental, mesmo antes de expressar qualquer palavra ou denotar qualquer ponto. É uma santa vagabundagem mental, o penoso caminho de ida à fonte pessoal. Deve ser um suspense. Desligar-se de tudo e concentrar-se, inteiramente, no tema. Entregar-se ao assunto. É a conversão que antecede a expressão. A busca das ideias é semelhante ao trabalho do mineiro que extraí o carvão nas galerias. Feita esta escavação mental, esperar que os pensamentos aflorem: eles vêm como chuva, ora de vez, ora aos pingos. Contudo, chegam sempre desordenados. Apará-los, recolhê-los, juntá-los e anotá-los tal como surgem é “a arte de inventariar o capital de noções úteis que trazemos sempre, implicitamente, em nós mesmos”, afirma Ducassé. “Antes de escrever, aprenda a pensar”, já dizia Boileau.

Nessa busca interior da mente, proceder à colheita e depois à escolha. Há o que reter, o que aprofundar e o que abandonar... Há ideias principais e secundárias. As que centralizam e as que ilustram o assunto. O estudante deve fixar-se em torno daquelas que podem fazer girar o tema central. As ideias principais serão as vigas da futura comunicação; elas são os embriões das partes da composição. Daí porque são poucas, duas ou três, no máximo. Uma casa é coberta por várias telhas, mas as vigas de suporte são poucas e fortes.

Do recolhimento à seleção, vai surgindo a ordem: via real, do simples ao complexo, do conhecido ao desconhecido.

do..., segundo Jean Guitton. O assunto vai sendo arrumado. O encadeamento dos pensamentos engendra o plano, que será tão pessoal quanto for o esforço interior e tão autêntico quanto for o atrito mental. O atrito é a condição doascimento. Do interruptor que se liga, vem a luz. Da mente que reflete, que correlaciona, surge o plano — pequena centelha da criação.

## A função da introdução

Autores os mais diversos salientam o papel da introdução quando aconselham a dedicar-lhe parte da leitura, porque nela se encontra resumido o pensamento que orientou o escritor, bem assim os propósitos que o levaram a fazer o livro, ideias principais etc.

Os receptores, ouvintes e leitores carecem de algo que lhes dê o sentido geral do tema. Não esquecer que se está num mundo de múltiplas solicitações e atenções que, de repente, convergem para o autor, para o que está dizendo ou escrevendo. É preciso facilitar a entrada, a intercomunicação, elucidando o que se vai dizer, sem subterfúgios. A fase preliminar em toda redação é a de elucidação do assunto proposto, diz Ducassé, elucidação que prepara o despertar e a escolha. Por isso cabe à introdução “abordar o problema pelo seu objeto”. É o padre Lebret quem sentencia: “Nada, a não ser a submissão ao objeto”.

Antes de precisar os requisitos da introdução, indicar-se-á como aprender a arranjar as ideias e a conceber um modo de ordená-las.

Repetindo, com Descartes, como “formar” este método?

(...) com que formei um método, pelo qual me parece, tenho meios de aumentar, gradualmente, o meu conhecimento e de

elevar, pouco a pouco, ao mais alto ponto a que a mediocridade do meu espírito e a curta duração de minha vida lhe permitirão chegar.

É o próprio Descartes que fala. Para quem procura sistematizar a experiência, extraíndo o que a vida vai generalizando, quem busca ordenar a sua razão há de considerar que as questões de método são as mais importantes. Há um aforismo de Nietzsche que não deve ser esquecido: "As verdades mais preciosas são aquelas que se descobrem em último lugar; as verdades mais preciosas são métodos".

A pessoa irá sempre se deparar na vida com situações em que será imperioso pensar, ordenadamente, antes de falar ou escrever. E, muitas vezes, não saberá como fazê-lo, nem tampouco terá conhecimento de que existe uma maneira sistemática de arrumar as ideias. Ao fazer o primeiro concurso, por exemplo, o candidato pensa pouco antes de compor. Elabora um esquema simplista e primário, pois preocupa-se mais com o conteúdo do que com a maneira de expor. Aos poucos, vai-se aprendendo, no laboratório pessoal, que antes de escrever é preciso pensar longamente, antevendo tudo. Se uma prova dura seis horas, gasta-se mais de uma em refletir. Remexer a mente. Concentrar totalmente o espírito. Anotar o que vier à cabeça. Ao cabo de algum tempo, sintetizar e reunir tudo em partes. Eis o que é tentar fazer planos sem perceber que há um método para isso. Fazer planos sem saber, à semelhança do célebre personagem de Molière, Monsieur Jourdan: "era como M. Jourdan, escrevia prosa sem o saber".

Havia um seminário, na Universidade de Paris, para ensinar estudantes estrangeiros a fazer o plano da prova. O professor dava o tema para reflexão e para se traçar o plano. Expunha-se em aula e discutia-se; com esse ensaio de acerto-erro ia-se aprendendo. Não é fácil encontrar material escrito sobre o assunto, pois a sistematização do pensamento é algo

inerente ao próprio espírito francês, daí a dificuldade. No caso brasileiro, existe um livro que ensine a jogar futebol? Após algumas reflexões, vai-se aos poucos desenterrando dos livros o material procurado.

Os franceses são mestres no ofício da arte de pensar e do cultivo do raciocínio. Nesse ministério, o leitor pode se deixar guiar por Descartes, no clássico *Discurso sobre o método*, lendo, pelo menos, a segunda parte, para aprender a entreter-se com os seus próprios pensamentos. Além de Descartes, deixar-se acolitar pelos modernos; entre eles, Sertillanges, em cuja obra, *A vida intelectual*, o interessado aprenderá as condições e os métodos de reflexão; Jean Guitton, em *O trabalho intelectual*, aconselha aos que pretendem escrever a pensar, a colocar em ordem notas e sugestões e a traçar o plano de trabalho intelectual. E como obra de iniciação, para se tornar um afeiçoado ou um especialista do pensamento, veja-se um trecho de *Arte de viver*, de André Maurois: "(...) assim como se regula hoje a circulação dos veículos, os homens tentam regular a circulação das palavras. É o que chamaram, mais tarde, de lógica".

Todo aquele que medita sentirá a necessidade de conhecimentos menos científicos talvez, porém bem mais profundos. É o não se contentar com a altura relativa dos muros da ciência, é buscar imperiosa e inevitavelmente o que está além deles. São os limites sem fim da meditação e da perquirição. É o descobrimento das categorias do pensamento... É o despertar filosófico. Mounier, expressando, talvez, semelhante atitude, considera que a filosofia "(...) deixa de ser uma lição que se aprende, como era costume na Escolástica decadente, para ser uma meditação pessoal, e a cada um é pedido que, por sua conta, a refaça".

Foi assim que nasceu esta reflexão. O convite inicial para refletir sobre as condições prévias da comunicação veio ao encontro de um intenso desejo de transmitir esta experiência de ordenação do texto e da fala.

Como se faz, então, uma boa introdução? Quais os requisitos? São os elementos de uma futura teoria do anúncio.

### **Os requisitos da introdução**

Para bem elucidar o assunto, há determinados requisitos a preencher que dão vida e brilho a quem expõe e interessam a quem escuta. É possível iniciar sem definir o assunto? Sem situá-lo no contexto? Sem despertar a atenção? Sem indicar os pontos principais?

Um professor, ao comentar os planos dos alunos, disse: “Na introdução, define-se a questão, mostrando-se o objeto, situando-se o problema, despertando o interesse e decompondo os elementos”. Nesta frase estão os elementos básicos da introdução.

Anuncia-se o assunto da seguinte maneira: primeiramente *define-se* a questão e depois *indica-se* o caminho a seguir. Esses dois requisitos — definição e indicação — são imprescindíveis a qualquer introdução.

Todavia, quando o tema comportar referência histórica ou houver necessidade de situá-lo no seu contexto, far-se-á isto logo na introdução.

Outrossim, quem comunica, sobretudo oralmente, deve demonstrar a importância ou o interesse prático do assunto. É recomendável que o faça, também, na introdução; assim, atrairá e comprometerá a atenção desde o início.

Há, portanto, dois requisitos essenciais — definição e indicação — e dois accidentais — situação e motivação.

A primeira preocupação de quem expõe é dar, de imediato, a ideia do assunto. Ao pronunciar as primeiras palavras ou ao escrever as primeiras linhas, deve-se definir a questão, uma vez que o leitor ou o ouvinte quer saber do que se trata.

Para que a ideia geral possa ser entendida, precisa ser expressa de maneira exata, daí a necessidade de se definir o objeto da exposição. A ideia deve estar clara na mente para que possa ser oferecida aos receptores. Escolher os termos que a encerram, pois “a primeira pancada é que mata a cobra”. Um professor que trabalhava com esta técnica aconselhava “dar uma ideia geral, encerrando o assunto principal”.

Ao definir-se, delimita-se. Dentre os muitos aspectos por que se pode tratar o assunto, escolhem-se alguns e circunscreve-se aí o âmbito da exposição. O tema central é o guia. É forçoso saber escolher o que se prende a ele e saber desprezar o que dele se afasta. A delimitação do assunto torna-se necessária sobretudo nas introduções de teses, pois é de suma importância apontar os limites do trabalho. Quem pesquisa investiga apenas poucas hipóteses. Convém seguir a sábia lição de Capitant: “a introdução deve conter todas as noções necessárias para poder entrar, em seguida, sem dificuldade, no coração do assunto”.

O essencial é fornecer a ideia precisa e delimitada; entretanto, quando o assunto comportar referência de ordem histórica, o que é sempre possível, torna-se aconselhável colocá-la no início.

É importante saber situar o assunto na história, na paisagem geográfica ou na discussão teórica, sem se esquecer de que o tema ocupa lugar na dimensão espacial ou temporal.

A trajetória histórica é colocada apenas porque ela fornece luz para o desenvolvimento global do tema. Atenção para as longas introduções históricas. Não olvidar que “a história justifica o que se quer”, segundo Paul Valéry. O que interessa é o estudo sistemático do tema. Evidente que, se a composição é de natureza histórica, toda ela será realizada dentro desse ponto de vista, como se verá no capítulo seguinte.

Se o tema é controvertido, que se faça, com brevidade, um apanhado das discussões.

Escolhido o assunto, deve-se saber colocá-lo. Nada vive isolado, tudo tem o seu ambiente.

A motivação do tema é de capital importância, mormente nas comunicações orais, havendo o empenho de demonstrar a importância do assunto ou o seu interesse prático.

Na introdução, há muito de convite. Cabe atrair a atenção desde o começo, colocando-se uma pitada de tentação para induzir à leitura ou à audição. A introdução deve ser como a isca que se mostra fascinante para atrair e pegar. Seduzir os receptores no ponto de partida, para viajarem juntos em toda a exposição. Para prender é preciso despertar. E despertar sobretudo uma impressão favorável.

Como despertar o interesse? “Não diga que questão alguma é mais capital ou mais apaixonante; é banal (...). Mostre, a fim de que se ligue ao seu desenvolvimento, que o assunto merece ser examinado”. É uma prudente recomendação do mestre Mazeaud.

Pode-se motivar especialmente pela atualidade. A atualidade presente e a eterna atualidade dos clássicos. Importante pelo interesse teórico, como pelo prático, funcional, profissional e político que o assunto possa desencadear.

Acerca da motivação na exposição oral, André Couquet interroga: Que fazem os publicitários para vender o seu produto? Tornam-no sugestivo (desenho sugestivo — imagem). Gravam na memória do público (*slogan*). Sublinham a eficácia (utilidade na vida).

Procurar ter um pouco da vivacidade do camelô ou do vendedor ambulante das praças públicas. Ser ouvido com empatia. Comprometer o auditório com o seu ponto de vista.

Já a motivação, na exposição escrita, é mais um problema de convencimento lógico. Mostrar por que o assunto mereceu a atenção do autor, quais os motivos e por que se foi levado a tal. Algo ainda falta para completar a introdução: indicar as ideias centrais.

Quando já se tem uma ideia do assunto, precisa-se conhecer o caminho a seguir. Dar-lhe a rota.

Tanto a reflexão como o estudo possibilitam as inferências e as ideias-mestras sobre o tema. Não esperar o desenvolvimento para expô-las. Os pontos mais importantes, as deduções maiores devem ser expressos de imediato. Sobretudo aqueles pontos considerados básicos e que dão o tom ao trabalho, lançá-los logo no início. Fornecer o fio condutor da exposição, sem permitir que adivinhem o que se quer dizer. Conseguir comunicar a exposição e qual o caminho que seguirá o plano é o mais importante.

A introdução encerra a exposição; ela é, de certa forma, sua crisálida. Mostrar as ideias diretrizes e enunciar a decomposição dos elementos, para se colocar o assunto. A introdução deve ser plena e copiosa de indicações sugestivas. Fazer tudo de maneira convidativa, cativante, sem hesitar em atrair os ouvintes e em decifrar os problemas.

Em seguida, anunciar o plano da exposição. Anunciá-lo claramente, com ênfase e com certa dose de solenidade. A solenidade faz parte da economia do anúncio. O fim da introdução é o momento próprio. Fazê-lo enfaticamente e em poucas palavras.

O plano do desenvolvimento não deve ser apresentado desde o início. É preciso que o leitor saiba de antemão do que se trata. Tenha ideia do tema. Entre nele. Esteja na atmosfera, para, só então, poder segui-lo. Na literatura, há o enredo do romance, mas em uma exposição universitária, não. Daí a necessidade de indicar as ideias diretrizes e o plano. Um trabalho não é um conto policial. É obra de sistema e reflexão. Caso se vá falar dos “Efeitos da abolição da escravatura no Brasil”, no fim da introdução comunicar que o assunto será tratado em duas partes:

- Primeira parte — A Abolição e as relações de trabalho.
- Segunda parte — A Abolição e a instabilidade do regime

político. Abordando “O papel do Estado no desenvolvimento do Nordeste”, no fim da introdução deverá constar:

- Primeira parte — O Estado coordenando os seus recursos.
- Segunda parte — O Estado incitando as iniciativas privadas.

#### *Formato do plano da exposição*

1. Introdução — o anúncio do tema.
  - Fornecer a ideia geral do tema.
  - Situar na história, na teoria, no espaço e no tempo.
  - Motivar para prender a atenção.
  - Fornecer as ideias diretrizes.
  - Anunciar o plano.
2. Corpo da exposição — o desenvolvimento por partes.
3. Conclusão — o resumo marcante.

#### **Exemplo de introdução**

O item exemplificativo que se segue aclara o que foi visto até agora. Há todo um sentido altamente pedagógico no exemplo, levando a passar da teoria à prática. Há uma parte expositiva seguida de outra exemplificativa em cada capítulo. Não basta dizer como se faz; é preciso fazê-lo.

O exemplo a ser considerado — “O papel do setor público no desenvolvimento do Nordeste” — trata de estudar a intervenção ordenada na principal área-problema brasileira. Foi uma exposição apresentada na França e nela aplicou-se esta metodologia.

Não interessa o conteúdo, e sim a maneira como foi planejado; logo, aqui o que importa é a maneira como foi elaborado. Conforme o apresentado neste capítulo, depreende-se que ela deve permitir:

- fornecer a ideia geral do tema a ser transmitido;
- situá-lo na história, na teoria, no espaço, no tempo, quando possível;
- motivar o assunto para prender a atenção, sobretudo na comunicação oral;
- dar as ideias diretrizes e anunciar o plano.

Aplicando ao caso, inicialmente será dada a ideia geral do assunto: a região e o setor público. Eis os principais trechos da introdução:

#### **A região e o setor público**

O desenvolvimento econômico do Brasil no século XX começou na região Centro-Sul e depois atingiu as outras regiões. Há, assim, uma variedade de regiões, cada uma com suas características, podendo-se substituir a noção tradicional dos “dois brasis”. Nossa objetivo será, pois, estudar uma delas: a região Nordeste. Será observado o papel desempenhado pelo setor público no que se refere à coordenação dos recursos e organismos federais e ao estímulo às iniciativas locais de industrialização.

Procurou-se situar o assunto no contexto geográfico, comparando-o com os níveis de renda do país:

#### **A situação geográfica**

Fora da divisão dos Estados-membros da Federação, pode-se definir a divisão do território em cinco regiões, segundo o critério adotado pelos organismos regionais de planejamento: a) a região Norte; b) a região Nordeste (eis algumas cifras — superfície de 1 600 000 km<sup>2</sup>, população de mais de 50 000 000 de

habitantes, expectativa de vida em torno de 69 anos, porcentagem do território de 15,1%); c) a região Centro-Sul; d) a região Centro-Oeste; e e) a região Sul.

Para motivar, numa exposição oral sobre o Nordeste, pode-se atentar para as disparidades de renda entre as regiões.

Indicaram-se as ideias diretrizes, tais como o aumento da despesa pública, a correção dos desequilíbrios regionais, a presença do setor privado na programação; em seguida, foi sugerido o itinerário — o plano — em duas partes. O trecho seguinte demonstra a indicação aludida:

Procurando corrigir o desequilíbrio regional, o governo aumenta a despesa pública; esforça-se para centralizar os investimentos para torná-los mais produtivos; cria um sistema de incitação para fixar a poupança local.

Eis o plano que será seguido neste trabalho:

Primeira parte — A ação do Estado na coordenação dos seus recursos.

Segunda parte — A ação do Estado na incitação a investir.

A introdução do exemplo dado se resume, esquematicamente, nos seguintes itens:

### *O papel do setor público no desenvolvimento do Nordeste*

#### 1. Introdução.

- A região e o setor público (*ideia geral do tema*).
- A situação geográfica (*situação do assunto*).
- As disparidades de renda entre as regiões (*motivação, ideias diretrizes*).
- A ação do Estado na coordenação de seus recursos e na incitação ao setor privado (*anúncio do plano*).

O mesmo exemplo será utilizado à proporção que capítulos forem sendo desenvolvidos.

Terminada a introdução, sugerido o plano, passa-se ao desenvolvimento por partes. Posteriormente, deve-se sintetizar tudo num resumo marcante. Estarão aí as três partes para uma boa exposição.

### **3 O desenvolvimento por partes**

O desenvolvimento do corpo do assunto deve ser feito por partes. Dividir o assunto como se dividem as dificuldades em parcelas, para torná-lo mais comunicativo. Esta é a mais importante e fundamental de todas as recomendações. Descartes, na segunda regra, aconselha: “O segundo preceito é dividir cada uma das dificuldades que tivesse que examinar no maior número possível de parcelas que se tornassem necessárias para melhor resolvê-las”.

#### **A decomposição como condição da compreensão**

O enunciado do tema encerra um mundo de sugestões, mas, pela reflexão, deve-se eleger o que interessa, e, em torno disso, centrar o ponto de vista. No caso de uma exposição, decompor os elementos do tema. É a análise que antecede a síntese. Há íntima relação entre compreensão e decomposição. Para compreender é preciso explicar, e só se explica, realmente, decompondo. Há mais necessidade de ser compreendido, claro, do que ser “profundo”. E quanta “profundidade” que não é senão confusão. Esta regra de Jean

Guitton é magnífica: “Para se fazer compreender é preciso, pois, decompor, tanto quanto se possa dizer apenas uma coisa de cada vez”.

Dizer coisa por coisa, parte por parte, seção por seção, parágrafo por parágrafo, ponto por ponto. Expressar uma ideia de cada vez. Emitir uma opinião, depois outra. Destriñçar o pensamento. Traçar o plano de trabalho e escrever é estabelecer as divisões.

É oportuno repetir S. Mateus: “Deixai crescer uma e outra coisa até a ceifa, e no tempo da ceifa direis aos segadores: Colhei primeiro a cizânia, e atai-a em molhos para a queima; o trigo, porém, recolhei-o no meu celeiro”.

### Aproximação do plano definitivo

Evidente que não se encontram as partes subitamente, uma vez que aspectos novos surgem e relações aparecem. Assim, o mais aconselhável é estabelecer um plano provisório e, sobre o mesmo, ir trabalhando. Se já existem as ideias do tema, umas vão dominando as outras. Denunciam-se as partes. Delineia-se o primeiro esboço. Ao começar uma tese, por exemplo, não se pode, de pronto, traçar um plano definitivo. O plano provisório servirá para delimitar o assunto em estudo. Recomenda-se, entretanto, desde o começo, pensar nas divisões para estabelecer as partes da obra a ser elaborada.

O plano definitivo surge à proporção que o trabalho se desenvolve — pesquisas e reflexões modificam o esboço, deslocam matérias, invertem o que estava, momentaneamente, estabelecido. Quando tudo houver entrado no esquema, com ordem, propriedade, unidade e equilíbrio, o plano vai-se configurando. Chegando neste ponto, parar e esperar um pouco para assentar melhor o que foi produzido.

Quando se pode afirmar, verdadeiramente, que o plano foi estabelecido? Responde Ducassé:

A configuração antecipada e esquemática de uma obra qualquer só merece o nome de plano se ela dá, com precisão, a ordem completa que é preciso seguir para a realização dela, o que permite julgar, de relance, qual relação se estabelece entre o conjunto e as diversas partes, e no interior de cada parte, entre seus diversos aspectos.

O esquema estabelecido satisfaz ao modo de encarar o assunto. Certo, não se trata de conseguir um “plano absoluto”, ou um “verdadeiro plano”, ou um “único plano”. Não há “plano ideal”; há planos mais ou menos bons, isto é, que convêm a determinado propósito. Há plano relativo ao assunto, planos pensados e trabalhados que contêm as ideias essenciais. O mesmo tema comporta vários planos.

Aonde leva a redação com um bom plano? Responde ainda Ducassé:

Uma redação tal nos conduz aonde é preciso ir, nos faz passar (...) pelo caminho necessário, o caminho que se deve seguir para se mostrar bem informado, para ser compreendido, para atrair a adesão daqueles que nos leem, nos escutam ou participam de nossos trabalhos.

O tempo e o objetivo da exposição entram no processo de elaboração. Um plano de prova não é o mesmo que o de uma tese. Aquele é um ordenamento em poucos minutos, em que se prevê o que dizer em duas partes. O da tese requer um longo período e passará por vários estágios. Uma informação pode ser dada em poucos instantes, mas um relatório demanda um maior período de tempo.

No processo de elaboração, parte-se do esboço inicial, que, com tempo, reflexão e estudo, vai-se transformando, até chegar ao plano definitivo.

Depois dessas ponderações de decomposição e de elaboração, entra-se no cerne do capítulo: mostrar como se procede à divisão.

Se a divisão do assunto é o que há de mais importante nestas indicações, maior atenção será dispensada ao proble-

ma. Em quantas partes se divide o assunto? Como se divide? Qual a lógica da divisão? Como encontrar o equilíbrio das partes?

### A quantidade das partes

Dividir é distribuir um todo em suas partes. Há tantos tipos de divisões quantas espécies de todo. O corpo do assunto pode conter duas partes, no mínimo, ou três, no máximo. Todo tema tem dois ou três grandes aspectos. Insistir sempre no plano em duas partes, por ser mais acessível.

O plano em duas partes é mais cômodo e mais fácil porque basta opor a segunda à primeira. O bom-senso indica, afirma Ducassé, que são necessárias, ao menos, duas ideias ou duas asserções para serem ordenadas, a fim de que se experimente a necessidade e se tenha a possibilidade de dispô-las segundo uma ordem significativa. Pode-se hierarquizá-las ou colocá-las no mesmo nível, com introdução que prepare e conclusão que resuma o resultado obtido.

Com três ideias ou três afirmações, continua Ducassé, o esquema se complica. Entre a introdução e a conclusão, as três partes podem constituir simples enumeração ou hierarquia a três termos ou, ainda, preparação de uma estrutura mais complexa.

Deve-se fixar o plano em duas partes. Todavia, para que assim se possa quantificar, é preciso ter bem definidas as ideias principais. É a reflexão inicial que fornece as ideias aprofundadas às partes do plano. Não dividir é considerar tudo dentro da mesma hierarquia — questões principais iguais a questões secundárias. Para bem dividir é preciso que se tenha pensado previamente e bastante sobre o assunto. A questão considerada mais significativa deve ser colocada na primeira parte.

Há correlação entre a divisão e a importância da obra a ser realizada. A divisão em duas partes é o número ideal para provas, teses, ensaios de cunho universitário e artigos. A divisão em três ou mais partes é reservada para grandes obras, verdadeiros tratados, trabalhos que cobrem todo um ramo de conhecimento. Henri Guitton dividiu o seu *Flutuações e crescimento econômico* em três partes. Trata-se de obra em quatrocentas páginas. Note-se a lógica nessa divisão:

- Primeira parte — A observação dos movimentos econômicos.
- Segunda parte — A explicação dos movimentos econômicos.
- Terceira parte — A ação sobre os movimentos econômicos.

De início, o autor procura ver, isto é, observar; depois, interpreta, explicando pelas teorias, para, enfim, falar da ação, da política de previsão das crises. Isto faz lembrar o método da ação católica: ver, julgar e agir. Ora, quanto mais a obra é importante, mais o plano deve ser acurado.

A divisão e as subdivisões visam à clareza e à compreensão. O excesso de divisões impede que se possa seguir o desenvolvimento, e para segui-lo é preciso guardar o plano sempre presente na memória. As subdivisões não devem distrair a atenção do leitor do tema principal, sugerindo-lhe outros assuntos.

A divisão em partes, portanto, comporta subdivisões. Uma vez que as questões principais estão constituídas em partes, é preciso, em seguida, esmiuçá-las. A minudência corresponde à busca dos elementos que integram as partes. Partir, não da enumeração para a minúcia, mas desta para aquela. A este respeito, é oportuno lembrar a quarta regra de Descartes: “fazer, a propósito de tudo, recenseamentos tão complexos e revisões tão gerais, que me sentisse certificado de nada omitir”.

Subdividir é um pouco classificar; ao pormenorizar, não negligenciar o que tem relação significativa com o tema central. Há duas maneiras de representar as subdivisões: a clássica, em seções, capítulos etc.; e a moderna, a numeração progressiva.

A clássica ou tradicional começa com as partes e vai até as letras minúsculas:

- cada *parte* se dividirá, se necessário, em *títulos*; entretanto, a repartição em *capítulos* será suficiente (um livro poderá ter as partes divididas somente em capítulos);
- cada *capítulo* se dividirá em *seções*;
- as *seções* se dividirão em *parágrafos*;
- conforme a necessidade de desenvolver as ideias, os *parágrafos* poderão comportar indicações de *números romanos* ou *árabicos*, ou de *letras maiúsculas* ou *minúsculas*. É a lição do mestre Capitant.

Todas as subdivisões devem ser rubricadas ou tituladas “com formas curtas e bem cunhadas”.

Quanto a outra maneira de representar as subdivisões, a numeração progressiva

(...) aplica-se à redação de todos os tipos de documentos: manuscritos, impressos, livros, periódicos, normas etc. Esta norma não é indicada para obras e documentos que tenham sistematização própria (dicionários, vocabulários etc.), ou, ainda, que não tenham necessidade de sistematização (romances, poesias).

*(Normas brasileiras em documentação, NB-69.)*

Bastam duas partes para o desenvolvimento do corpo do assunto; mas como estabelecê-las? Como dividi-las? Eis a questão.

A melhor maneira de dividir o assunto é opor as partes. Se as duas se opõem, tem o desenvolvimento um desenrolar com vida e lógica. Para Mazeaud, “(...) são os ramos da ideia geral que devem dar a trama. E tudo estará perfeito se esses dois ramos se opõem”.

Encontrar duas partes que se oponham é ter achado a maneira mais completa de apresentar o assunto. Aí o tema se torna mais vibrante. Jean Guitton aconselha a instalar em nós o adversário, dando-lhe licença para nos contradizer. Coloque-se essa ideia de oposição em exemplos. Mazeaud cita o caso do pátrio poder. Ele é, ao mesmo tempo, poder e dever, comportando direitos e prerrogativas, como também obrigações e encargos. Assim, um bom plano por oposição será:

- Primeira parte — O pátrio poder comporta direitos.
- Segunda parte — Mas ele comporta, também, obrigações.

Em curso de economia política, na Universidade Federal da Bahia, foi estabelecida a seguinte oposição na evolução dos sistemas econômicos:

- Primeira parte — As limitações do planejamento na economia capitalista.
- Segunda parte — O papel reduzido do mercado na economia coletivista.

Ao tratar das associações de classe, os sindicatos, pode-se pensar no seguinte plano:

- Primeira parte — A associação dos empregados.
- Segunda parte — A associação dos patrões.

Quando não for possível a divisão por oposição, pode ser utilizada a progressão. Assim, por exemplo, a moeda, modernamente, pode ser vista pelo lado do crédito, no sentido de que cada vez mais ela se desmaterializa; no entanto, ela interessa ao financiamento de operações econômicas. Com essas ideias, é possível traçar um plano por progressão, da seguinte maneira:

- Primeira parte — A moeda na perspectiva das operações bancárias.
- Segunda parte — A moeda na perspectiva do financiamento.

Quando há esforço de oposição ou de progressão, o plano caracteriza-se pela lógica, pelo espírito de sistema. Entretanto, quando não for viável a divisão por tais critérios, há o recurso de “mascarar” a divisão.

Enfim, acerca dos critérios de divisão, o mais aconselhável é indagar: Qual o melhor plano? É o plano lógico ou sistemático de duas ou três ideias principais, marcando tanto quanto possível progressão ou oposição.

### Tipos de divisões vitandos

Há certos enunciados que parecem sugerir o plano. Ora, o plano é sempre um esforço de coordenação, de ordenamento e de concatenação. Consequentemente, fugir do plano fácil, que não enseja fazer trabalho refletido, afastando toda possibilidade de repetição. Prepara-se um plano para a obtenção de clareza e lógica. Repetir seria frustrar o trabalho. Por isso, nunca escolher um plano que obrigue a retomar na segunda parte o que está desenvolvido na primeira.

O comodismo e a vulgaridade levam a apontar os principais tipos de planos que devem ser evitados. No particular, segue-se uma síntese das recomendações de Mazeaud.

I. Em tema geral, evitar fazer referências particulares em uma das partes. Quando o tema a dissertar for de ordem geral, constituir toda parte em caso particular é faltar com o equilíbrio. Pode-se ilustrar com exemplo uma das partes, bem entendido. Ao falar do momento político internacional, poder-se-ia dividir, colocando na primeira parte a situação dos países desenvolvidos e, na segunda, o momento dos países subdesenvolvidos; esta poderia ser ilustrada com o caso brasileiro, mas toda a segunda parte não deveria consistir no caso particular do Brasil.

II. Vantagens e desvantagens. Muitas vezes, o enunciado dá a impressão de que contém a divisão. O expositor deve evi-

tar sempre a divisão fácil, procurando fazer o plano e descobrindo nele próprio as partes. Isto ocorre com os enunciados sob a forma de vantagens e desvantagens. Colocar na primeira parte as vantagens e, na segunda, as desvantagens é por demais vulgar, não reflete esforço e expõe a comunicação a duplicações. Ora, segundo Mazeaud, “plano é divisão; aqui, entretanto, não se dividiu. O plano deve ter divisão, porque nem o leitor, nem o auditório suportam repisamentos”. Se a suposta divisão do enunciado for a adotada, não houve a composição de um plano. Não deu o autor a sua contribuição. Afastar sempre o plano que, à primeira vista, parece induzir à divisão.

III. Comparações. O assunto, às vezes, vem sob a forma de comparação, entre dois países, duas instituições ou dois conjuntos. Colocar um país ou instituição numa parte e o outro na segunda, deixando as dessemelhanças para a conclusão, é por demais cômodo. Ora, o plano é obra de esforço e de reflexão. Num tema como esse, todo o trabalho deve ser de comparação. A ideia de comparação envolve todo o plano. Ao elaborar o plano de um tema enunciado sob a forma de comparação, Mazeaud aconselha: “(...) busques as ideias gerais que governam a comparação ou os pontos principais sobre os quais a aproximação das duas instituições apresenta interesse e construa sobre esses pontos o plano”.

Um exemplo: “O Brasil e a Argentina”. O plano vulgar colocaria o Brasil na primeira parte e, a Argentina, na segunda. Todavia, procurar ver o que há de geral e de importante nos dois e em torno disto preparar o plano. Aplicando a recomendação, percebe-se que o Brasil é de origem portuguesa e a Argentina é de formação espanhola, o que já explica muito. Embora ambos estejam no mesmo contexto latino-americano, pode-se colocar:

- Primeira parte — A formação luso-espanhola do Brasil e da Argentina.

- Segunda parte — A posição argentino-brasileira na América Latina.

Considerando que os temas comparativos são frequentes, tome-se outro exemplo, agora de natureza jurídica, fornecido por Mazeaud: "Compare o divórcio com a separação de corpos". A ideia essencial é que o divórcio rompe o vínculo conjugal, enquanto a separação de corpos (que corresponde ao desquite) acarreta, tão somente, o relaxamento desse vínculo. Além do mais, é possível, no direito francês, converter a separação de corpos em divórcio, o que permite indagar se a separação de corpos não é preliminar do divórcio. Essas duas ideias — o corte do vínculo conjugal no divórcio e a conversão da separação de corpos em divórcio — podem ser desenvolvidas cada uma em sua parte. Assim, dispõe-se:

- Primeira parte — O divórcio tem efeitos mais extensos do que a separação de corpos.
- Segunda parte — A separação de corpos conduz ao divórcio.

Logo, quando a comparação for feita, procurar as ideias gerais que governam os dois elementos e os pontos principais de aproximação, sem esquecer que a comparação deve informar todo o plano.

**IV. Causas e consequências.** Situação semelhante à comparação é aquela em que o assunto dá margem ao exame das causas e das consequências. Deste modo, colocam-se as causas na primeira parte e as consequências na segunda, devendo todo o plano ser enfeixado pela ideia de causalidade. Exemplo: "Efeitos da abolição da escravatura no Brasil". A Abolição trouxe mudanças nas relações de trabalho, mas foi além disto (ideia de progressão), influindo na queda do Império. Assim, pode-se organizar o seguinte plano:

- Primeira parte — A Abolição e as relações de trabalho.
- Segunda parte — A Abolição e a instabilidade do regime político.

**V. Teses opostas.** Apresentar-se-á, às vezes, o assunto sob a forma de teses opostas. O falso plano colocaria uma em cada parte, o que enseja a repetição. Neste caso, observa Mazeaud, sucede, muito frequentemente, que o problema se apresenta sob aspectos diferentes e, segundo a situação, a resposta a ser dada não será a mesma.

**VI. Tese única a defender.** O essencial agora é convencer. Tudo deve ser argumentação. O aconselhável, para Mazeaud, é expor, na primeira parte, os argumentos e, na segunda, destruir os do adversário, com cautela, porque é um plano que pode levar à repetição. Outro caminho a seguir é repartir os vários argumentos nos "pontos capitais da discussão", tomando estes "pontos" como base do plano.

As duas hipóteses referem-se especialmente à discussão oral. O plano, neste caso, está ligado à técnica de discussão e de debate.

**VII. Tema histórico.** No tema histórico, far-se-á a divisão por períodos? Por fase da história? O plano é obra de sistematização e de lógica. Sempre e sempre. Os franceses condenam o plano histórico com veemência, daí o esforço para encontrar ideias predominantes na evolução e, em torno delas, centralizar o plano. Mazeaud aconselha a traçar, na primeira parte, a evolução e a examinar a instituição, em si mesma, no período do seu maior apogeu, na segunda. Para tratar da história de uma ciência, poder-se-á colocar toda a evolução na primeira parte, deixando para a segunda a análise da contribuição da evolução; aí, serão colocados os elementos sistemáticos fornecidos pela evolução. Dessa forma, num tema histórico, é melhor tentar o "plano misto" — histórico e lógico ao mesmo tempo. Com a doutrina brasileira do *habeas corpus*, pode-se organizar o seguinte:

- Primeira parte — Evolução do instituto do *habeas corpus* no Brasil.
- Segunda parte — Exame do instituto na Constituição de 1891.

VIII. Crítica. Há a possibilidade de o tema enunciar a crítica e de indicar a maneira como deve ser tratada. Na apresentação do código civil, por exemplo, o plano fácil consistiria em demonstrar o funcionamento do atual código, assinalando-lhe os inconvenientes, os pontos críticos etc., numa primeira parte; as indicações para a reforma, na segunda, isto é, os remédios. Esse é o plano denominado “funcionamento-remédios” e não implica reflexão. Em face de tema como este, proceder à previsão, baseando-se em ideia geral e imprimindo em todo o trabalho o sentido crítico-renovador. A crítica não deve ser explicitada em uma das partes e o projeto com sugestões de reforma, em outra.

Há muito que evitar na divisão. Apenas as hipóteses principais de repetição, de facilidade e de banalidade no construir o plano foram apresentadas. Contudo, é praticando que se aprende. Preparar plano para tudo. Para todos os exercícios. Em todo trabalho proposto, tentar e fazer a previsão. Explicar ao aluno o modo de fazê-lo para exigir-lhe depois em todos os trabalhos. No fim de algum tempo, termina o estudante por aprender como afastar-se do plano fácil à primeira vista e a arranjar o tema com esforço.

Dividido o assunto em partes, chega o momento de anunciarlo, no fim da introdução. Toda e qualquer divisão feita deve ser anunciada, porquanto há certa dose de ênfase em todo o anúncio. Deve haver pausa que termine a introdução, atentando-se para o seguinte: o assunto vem encadeado, motivado, situado, e agora é lançado aos ouvintes e aos leitores. Quem anuncia deve criar a sensação de expectativa. Proceder de forma que as partes do trabalho estejam bem claras. Ao falar, ser eloquente. Quando escrever, grifar bem as palavras que titulam as partes.

Mas, como só se anuncia o que tem nome, titular todas as divisões e subdivisões, batizando as partes que constituem os conjuntos. O leitor procura os títulos, os anúncios e os sumários. Assim, os títulos importantes devem ser colocados em caracteres diferentes, em negrito, em *italico*, segundo as

astúcias da tipografia, destacando os pontos importantes. A galinha que põe ovos, cacareja, diz o refrão.

### Busca do equilíbrio

Além de titular, para anunciar, cumpre ainda proceder às ligações entre as partes. Desse modo, não se passa de uma parte a outra sem a transição necessária. Não dar saltos, pois são as pontes que permitem passar de um lado ao outro dos rios. Para tal, reservar as argamassas, as ligas, as sentenças-chave, as palavras-elo, as frases-ponte, não se esquecendo de colar tudo. As partes não são como os compartimentos estanques dos navios. Elas são elementos do todo; portanto, não isolá-las como os bombeiros fazem com edifícios em redor do incêndio. Sertillanges fala da luz das ligações: “(...) há uma grande luz na descoberta das ligações que juntam, secretamente, as ideias e os mais distanciados temas”.

Num manual de relatório, encontra-se este conselho: “é preciso cuidar, notadamente, das transições; elas dão ao conjunto uma impressão de unidade e de homogeneidade”. Com a palavra, Jean Guittot: “(...) não se distinguem senão para ter a possibilidade de melhor unir”.

Dividido o assunto e ligadas as partes, é preciso ainda examinar a proporção do plano. Está o contorno perfeito? Há ideias que divergem do tema central? Alcançou-se o equilíbrio?

A introdução, a divisão por partes e o fecho conclusivo devem formar um todo harmônico, semelhante ao corpo humano: cabeça, tronco e membros.

Uma vez previsto o que dizer, lançar-se ao aperfeiçoamento do plano. A exposição precisa daquilo que necessita e nada mais do que isto. Eliminar o despropósito. Certo mestre brasileiro proferiu uma aula inaugural, na Universidade Federal da Bahia, e na hora dos parabéns o repórter pediu-lhe

a conferência para publicar. Ele respondeu: "preciso burilá-la". O estudante deve proceder do mesmo modo com a sua previsão, burilando, cortando, aumentando, pesando. Se um aspecto particular foge ao tema ou se uma ideia não tem a importância devida, retirá-los impiedosamente. Um pormenor pode ser importante, mas se sobra, deve ser eliminado. Não se pode ir a um banquete de camisa esporte. Em uma prova sobre crédito, o aluno debandou a falar da divisão da economia em teoria e prática. Por quê? Despropósito total.

O equilíbrio só é encontrado quando a previsão estiver suficientemente estudada, revista, supressa alguma coisa, acrescentadas outras tantas. Examinar a relação conjunto-minúcias ou a forma-conteúdo sem resistir ao corte nem tampouco ao acréscimo necessário. Não deixar ramos extensivamente esgalhados na copa harmônica do trabalho.

Depois da eliminação do excesso, observar a proporção entre as partes. É o momento de pesar o que se esquematizou e o que se dividiu, a começar pela introdução. Ela não deve ser grande demais nem desproporcional quanto às partes. Introduções longas, que historiam minuciosamente o assunto ou repisam a sua importância, não conduzem ao principal da exposição: as partes. Que a introdução leve os leitores ao desenvolvimento do tema, como as águas que entram nos canais de irrigação, tendo-se sempre em mente que o plano é um canal. É a imagem de P. Ricoeur.

Quanto às partes, estas devem constituir a maior porção. Como o aspecto principal deve vir na primeira parte, esta deve ser mais longa do que a segunda. A conclusão deve ser breve e maciça. Que o plano tenha as proporções dos jardins franceses! Simetria. Sombra. Realce. Perspectiva. E que belo exemplo de equilíbrio deu Napoleão, em Malmaison! Colocou uma escada interna para dar acesso ao seu gabinete no primeiro andar; mas ficaria a escada de um lado e o outro sem nada? Não hesitou em colocar, simetricamente, outro volume de parede, para fazer par com o da escada. Assim,

quem entra vê, no fundo, a escrivaninha do imperador e, mais para a frente, dois blocos iguais de parede que emolduram o recinto da carteira imperial. Ambos estão envoltos por estantes de livros; todavia, um esconde a escada, tendo a parte do fundo aberta, enquanto o outro se reveste de livros por todos os lados.

Mazeaud dá, em medidas, um exemplo de equilíbrio para a composição de cinco páginas: 2/10 do conjunto para a introdução; 4/10 para a primeira parte; 3/10 para a segunda parte; 1/10 para a conclusão. Em composição de cinco páginas, pode-se assim distribuir: uma página para a introdução; duas para a primeira parte; uma e meia para a segunda; meia para a conclusão. Em exposição oral, de trinta minutos: seis

#### *Formato do plano da exposição*

1. Introdução — o anúncio do tema.
  - Fornecer a ideia geral do assunto.
  - Situar na história, na teoria, no espaço e no tempo.
  - Motivar para prender a atenção.
  - Fornecer as ideias diretrizes.
  - Anunciar o plano.
2. Corpo da exposição — o desenvolvimento por partes.
  - Dividir por partes: duas ou três.
  - Subdividir de maneira tradicional ou progressiva.
  - Titular partes e subdivisões.
  - Desenvolver por oposição ou progressão.
  - Evitar o plano banal que leva à repetição: vantagens/desvantagens, comparações, causas/consequências, teses opostas etc.
  - Buscar o equilíbrio.
  - Estabelecer ligações.
3. Conclusão — o resumo marcante.

minutos para a introdução; doze para a primeira parte; nove para a segunda; três para a conclusão.

Em trabalho escrito de maior fôlego, o desenvolvimento das partes é bem maior do que a introdução, devendo a conclusão ser em poucas páginas.

### **Exemplo de divisão por partes**

O mesmo exemplo do capítulo precedente é utilizado para dividir o assunto — “O papel do Estado no desenvolvimento do Nordeste” —, com a adoção do critério misto de progressão—oposição. A ação do Estado na coordenação dos seus recursos é continuada, de certa forma, na incitação ao investimento do setor privado. Por outro lado, na primeira parte a ação do Estado é direta, isto é, cria condições para o desenvolvimento, construindo a infraestrutura de serviços básicos etc.; já na segunda parte a ação do Estado é indireta, pois incita, através de financiamentos e isenções, as iniciativas privadas.

Considerem-se alguns pontos da primeira parte do exemplo:

#### **Primeira parte — A ação do Estado na coordenação dos seus recursos**

Estudando-se a ação do Estado na coordenação dos seus recursos, observam-se as diversas maneiras pelas quais o governo encara os problemas regionais. Ressalte-se, logo, que há mais de sessenta anos ele vem versando fundos públicos para combater as secas. Note-se, também, que ele começou a execução do programa de desenvolvimento para a região buscando dar aplicação mais racional aos recursos públicos.

A primeira parte foi focalizada em três pontos: a evolução da política econômica, o estabelecimento do planejamento, procedendo-se também a uma rápida apreciação. É uma tentativa de decomposição da ação estatal na região. Em se tratando de comunicação relativamente curta, ela foi dividida em duas partes e subdividida em números. Quanto menor a composição, tanto menos ela será pormenorizada.

Numa prova, basta a divisão em duas partes e alguns itens. Já na elaboração de tese, a situação é outra: comporta a subdivisão em partes, capítulos e estes em seções, em parágrafos etc.

Ao desenvolver as partes, deve-se ter em mente o plano para que não se perca o “fio de Ariadne”.

Eis a reprodução de um pequeno trecho da segunda parte do exemplo:

#### **Segunda parte — A ação do Estado na incitação a investir**

Verificando-se a limitação de um programa exclusivamente público, examinar-se-ão as possibilidades da ação indireta do setor público, utilizando-se as iniciativas locais. Para promover os investimentos privados, utiliza-se o Estado de vários mecanismos de estímulo. Realiza pesquisas, estuda mercados, estima potencialidades de investimentos, investiga novos processos industriais etc.

Ao examinar a ação do Estado brasileiro no Nordeste, inicia-se por observar como se coloca o setor privado na programação. É óbvio que se depara com uma economia de dois setores: público e privado. Se cabe ao Estado construir a infraestrutura econômica, ao setor privado, como centro gerador de poupança, incumbe parcela ponderável de investimentos. Há, assim, divisão das atribuições programadas. Ao particularizar a ação indireta do Estado, este foi o elemento levado em consideração.

Pelo exemplo, o estudante há de concluir que é mais fácil trabalhar com o plano dividido em duas partes. Basta opô-las. Ação direta e ação indireta. Para chegar a esta divisão, todavia, foi necessário refletir sobre a região. A inspiração veio da afirmação de Celso Furtado, em *A pré-revolução brasileira*: “não seria possível solucionar o problema do Nordeste limitando as nossas preocupações ao setor público”. Levou-se em conta que, em política de desenvolvimento, é importante fixarem-se, localmente, os capitais aí gerados. Ora, limitar a promoção do desenvolvimento — é de novo Furtado quem afirma — ao setor das obras públicas seria deixar de lado esse importante fator dinâmico do processo de

crescimento, que é a ação empresarial. Tomando por base a ação estatal em sistema capitalista em desenvolvimento, assim se justifica a participação do setor privado.

Se os setores público e privado atuam conjuntamente, quais são os instrumentos de incitação? É outro ponto de pormenorização da segunda parte do exemplo: Os mecanismos de incitação. Procurou-se examinar as condições dos investimentos regionais na estrutura econômica nacional. Desta maneira, esquematizou-se a segunda parte.

A divisão das partes, no exemplo, se resume no quadro a seguir.

#### *O papel do setor público no desenvolvimento do Nordeste*

##### 1. Introdução.

- A região e o setor público (*ideia geral do tema*).
- A situação geográfica (*situação do assunto*).
- As disparidades de renda entre as regiões (*motivação, ideias diretrizes*).
- A ação do Estado na coordenação de seus recursos e na incitação ao setor privado (*anúncio do plano*).

Primeira parte — A ação do Estado na coordenação dos seus recursos (*desenvolvimento por partes — progressão*).

I. A evolução da política econômica.

II. O estabelecimento da planificação.

III. Apreciação.

Segunda parte — A ação do Estado na incitação a investir.

I. A participação do setor privado na programação regional do Nordeste.

II. Os mecanismos de incitação.

III. Os investimentos regionais na estrutura econômica nacional.

O plano, entretanto, não estará completo e falhará, se não contiver a previsão da conclusão.

## 4 O resumo marcante

Jean Guittton coloca a seguinte pergunta: “Qual é a diferença entre a ideia tal qual se apresenta no homem da rua e aquele pensamento quando elaborado por especialista do pensar?”. E responde: “O pensamento do homem da rua se apresenta sob a forma de uma afirmação (seja positiva ou negativa), enquanto o do pensador se apresenta sob a forma de conclusão. Em outros termos, o pensamento do primeiro é o ponto de partida; o do segundo é o ponto de chegada”.

A conclusão é o ponto de chegada, como a introdução é o ponto de partida. Concluir é responder. Responder em síntese conclusiva e marcante, atingindo o tema central, já desenvolvido, com o máximo de precisão e ênfase.

O assunto que vinha sendo trabalhado, canalizado no plano, desemboca na conclusão e alarga-se. Alarga-se, sim. Por que concluir não é terminar, é alargar a ideia geral.

A conclusão não é o fim da história, nem simples resumo e nem tampouco ideia nova. Ela se refere ao conjunto já exposto, daí porque deve alargar a ideia geral do tema desenvolvido.

A conclusão não é qualquer resumo de pontos reunidos. Ela é síntese da essência do conjunto. É o substrato. Para que fique alguma coisa do que se comunicou, há que saber plantá-la na conclusão.

Por fim, lançar uma olhadela para o futuro, projetando os ouvintes. E que tudo seja breve.

### Breveza na conclusão

O primeiro cuidado de quem conclui é dizer o essencial. O assunto já foi dissecado por partes. Já foi esclarecido em minúcias; agora, nada de delongas. Na peça *Cyrano de Bergerac*, de Edmond de Rostand, há uma cena que dá a ideia clara do que deve ser a conclusão. Cyrano bate-se com o visconde e, exatamente no término da cena, perfura-o com a espada e diz: "No final da luta, eu o atinjo".

Assim deve ser o resumo conclusivo: enérgico, breve, exato, impressionante, convincente. Nada de voltas, nem de circunlóquios. Precipitar-se de chofre sobre o fim e... pronto.

A conclusão contém o resultado último do trabalho. Nas teses, é onde se responde às proposições estabelecidas no início. A conclusão contém como que a súmula do que foi dito. O conselho do mestre Mazeaud a este respeito é magistral: "Resuma aí somente os argumentos maciços, a fim de que, num derradeiro esforço, leve à convicção os hesitantes".

O estudante precisa ser hábil "em dizer o que já disse". Em prova, enunciar "as ideias essenciais que emanam do trabalho". Em livro, concluir em poucas páginas. Sendo o trabalho científico, Ducassé diz que "o resultado último é matéria da conclusão". Em tese a sustentar, responder, com clareza, a hipótese levantada. Em relatório, sugerir as soluções para a decisão.

A brevidade no concluir exige fórmulas precisas que começam com: É assim que... Vê-se por isso que... Concluímos que... Pode-se dizer que... Em suma... Em resumo... Em poucas palavras... Resumindo tudo... Ninguém negará que... Todos concordam... Em definitivo... Em consequên-

cia... Para terminar... Somos de opinião... Parece que há interesse em... Por fim... Em conclusão...

Não basta que a conclusão tenha os argumentos maciços; é preciso saber nela plantar o ponto de vista.

### Marcar para plantar

Em comunicação, diz-se que a mensagem do transmissor deve marcar o receptor. Na conclusão, carece diligenciar para demarcar o ponto de vista, e para tal cumpre deixar algo de tudo quanto se disse. Ensinava um professor francês: "Faça uma conclusão que comprometa!".

Assim como não se deixa a casa sem pintura, da mesma forma não se chega ao fim sem causar impressão. Ora, por trás da pintura da casa existem os tijolos, mas é o acabamento que impressiona. É na conclusão que se marca; impressionando, ouvintes e leitores.

Os retóricos insistem no levantamento da voz no final do discurso; é a peroração. Os mestres da metrificação aconselham o "fecho de ouro" do soneto. Os juízes condenam ou absolvem na conclusão da sentença: "Resolve, por tais fatos, condenar a firma Reclamada a pagar tudo aquilo que pede o Reclamante empregado".

Poucas palavras são suficientes para condenar numa conclusão.

Nos relatórios, é na conclusão que se responde à questão estudada, onde se sugerem medidas, onde se propõem soluções.

Conclusão é como a cimbalada no fim do trecho musical, compara André Couquet.

### Janela para o futuro

Quando se causa alguma impressão, projetam-se os ouvintes para a frente. Trazer em mente este último conselho:

"Abra uma janela para a frente, projetando o seu tema para além de você!".

Além do autor e da sua cosmovisão, está o mundo com outros pontos de vista e outras dimensões. Seria justo permanecer até onde alcança o olhar? Alargar a ideia geral é abrir dimensões novas, sobretudo sugerindo, clamando...

Caso haja algum ponto importante que o estudante conheça sem profundidade, demonstrar que o pressentiu. Um grupo de trabalho elaborou sucinto relatório e projeto de lei, tudo dentro da mais absoluta objetividade. No final, entretanto, surgiu uma questão interessante que transcendia os

#### *Formato do plano da exposição*

1. Introdução — o anúncio do tema.
  - Fornecer a ideia geral do assunto.
  - Situar na história, na teoria, no espaço e no tempo.
  - Motivar para prender a atenção.
  - Fornecer as ideias diretrizes.
  - Anunciar o plano.
2. Corpo da exposição — o desenvolvimento por partes.
  - Dividir por partes: duas ou três.
  - Subdividir de maneira tradicional e progressiva.
  - Titular partes e subdivisões.
  - Desenvolver por oposição ou progressão.
  - Evitar o plano banal que leva à repetição: vantagens/desvantagens, comparações, causas/consequências, teses opostas etc.
  - Buscar o equilíbrio.
  - Estabelecer ligações.
3. Conclusão — o resumo marcante.
  - Resumir os argumentos maciços.
  - Marcar para plantar.
  - Alargar o tema geral.

limites da competência do grupo. O presidente sugeriu: "Lancemos a questão como se fosse uma pluma, para chamar a atenção dos órgãos responsáveis". Raymond Barre escreveu um livro sobre a análise econômica; na conclusão, realçou a passagem da análise à política econômica.

Sobretudo se há alguma ação a empreender, é aconselhável o apelo, na conclusão.

#### **Exemplo de conclusão**

Na exemplificação do plano, indicou-se como foi feita a introdução e como foram divididas as partes. Agora, explicar como concluir é mais difícil.

Conforme foi visto antes, a conclusão é o ponto de chegada. O que foi prometido na introdução será entregue na conclusão. Em última análise, a conclusão é resposta. Se a comunicação visa persuadir, na conclusão, com maior razão, a intenção de impressionar os receptores é bem definida.

Em síntese, concluir implica arrematar o assunto com argumentos maciços. Observar que, para bem concluir, é preciso fazer o resumo dos argumentos maciços, marcar o próprio ponto de vista e abrir perspectivas.

Aplicando estas indicações ao exemplo, mostrar-se-á que as disparidades regionais constituem um dos grandes problemas brasileiros — a integridade. Assim, pretendeu-se fazer o resumo dos "argumentos maciços", deixando claro que o problema do Nordeste implica a própria segurança nacional. Ficou bem definido o ponto de vista? Somente os ouvintes poderão responder.

Eis um trecho da conclusão:

As disparidades de crescimento no Brasil tornam-se o maior problema brasileiro. Colocará em causa a unidade nacional?

Não nos esqueçamos de que o problema do subdesenvolvimento é questão de região. As trocas, pelo mecanismo do mercado, favorecem as regiões mais desenvolvidas. À medida que a região se torna mais pobre, o governo aumenta a despesa para fazer face ao desequilíbrio regional. O planejamento até agora não pôde ser outra coisa senão a coordenação dos diferentes recursos públicos. A política econômica se esforça em dar mais produtividade aos investimentos. Os encargos do Estado são demasiadamente grandes em face da problemática regional. Por isso, ao lado de construir a infraestrutura e realizar pesquisas, o Estado encoraja as iniciativas privadas e atrai suas poupanças para o investimento local. A industrialização recente dá pouco emprego. É preciso saber quais são os tipos de indústrias adaptadas às necessidades da região, tendo-se em conta a estrutura da economia nacional.

Por último, considerar o planejamento atual como tentativa de ação estatal, tentativa esta que trará experiências e sugestões ao planejamento do futuro. Aliás, o que vem sendo feito no Nordeste serve de modelo regional para o Brasil. Será que, deste modo, descortinou-se alguma perspectiva?

Veja-se um trecho ainda:

#### A experiência atual e o planejamento do futuro

O programa de desenvolvimento elaborado partiu de poucos dados, mas isto não é senão o começo. A experiência do momento dá os elementos que servirão de base para o plano do futuro.

Desta forma, a conclusão se resume em dois pontos colocados no plano do exemplo a seguir.

#### *O papel do setor público no desenvolvimento do Nordeste*

##### 1. Introdução.

- A região e o setor público (*ideia geral do tema*).
- A situação geográfica (*situação do assunto*).
- As disparidades de renda entre as regiões (*motivação, ideias diretrizes*).
- A ação do Estado na coordenação de seus recursos e na incitação ao setor privado (*anúncio do plano*).

Primeira parte — A ação do Estado na coordenação dos seus recursos (*desenvolvimento por partes — progressão*).

I. A evolução da política econômica.

II. O estabelecimento da planificação.

III. Apreciação.

Segunda parte — A ação do Estado na incitação a investir.

I. A participação do setor privado na programação regional do Nordeste.

II. Os mecanismos de incitação.

III. Os investimentos regionais na estrutura econômica nacional.

Conclusão.

I. O Nordeste e a unidade nacional.

II. A experiência e o planejamento do futuro.

Espera-se que o exemplo tenha sido esclarecedor, conclusivo, projetando e insinuando em poucos, porém marcantes traços.

## Plano completo do exemplo

### *O papel do Estado no desenvolvimento do Nordeste*

#### *Introdução.*

- A região e o setor público.
- A situação geográfica e econômica.
- As disparidades de renda e as regiões.
- A ação do Estado na coordenação dos seus recursos e na incitação ao setor privado.

#### *Primeira parte — A ação do Estado na coordenação dos seus recursos.*

##### I. A evolução da política econômica.

- A fase de combate às secas.
- A fase da política de desenvolvimento.

##### II. O estabelecimento da planificação.

- A despesa pública.
- O plano e a coordenação.

##### III. Apreciação.

#### *Segunda Parte — A ação do Estado na incitação a investir.*

##### I. A participação do setor privado na programação regional do Nordeste.

- Para reter a poupança.
- Para participar no investimento.

##### II. Os mecanismos da incitação.

- A incitação fiscal.
- A incitação financeira.
- A assistência técnica.

##### III. Os investimentos regionais na estrutura econômica nacional.

- A industrialização regional e a estrutura econômica.
- A industrialização e o excesso de mão de obra.

#### *Conclusão.*

- O Nordeste e a unidade nacional.
- A experiência e o planejamento do futuro.

## 5 Epílogo

Todas essas indicações foram uma tentativa de induzir a se pensar, sistematicamente, antes de comunicar. Procurou-se acentuar a necessidade de reflexão sobre as condições prévias que ajudam a ordenar a mente. O êxito da compreensão consubstancia-se no controle da expressão.

Se cada pessoa que se comunica pensasse, antes, no que vai dizer, reduziria a 50% as suas comunicações. E o plano é o instrumento magistral para o controle da expressão. Que se pense para melhor comunicar!

O hábito de prever o que dizer leva a pensar e a agir com ordem. E mais: conduz a outras cogitações — é a abertura para as questões do método, para a reflexão.

Assim, que se medite acerca dessas sentenças. Podem ser úteis para quem visa a uma melhor comunicação.

Pensar, concentradamente, antes de escrever, elegendo as ideias principais do assunto.

Fazer o plano da comunicação, anunciando-o, desenvolvendo-o por partes e concluindo.

Evitar o plano fácil, procurando esforçar-se por criar um esquema original.

Resumir, maciçamente, os argumentos, deixando algo de pessoal em tudo o que disser.

## 6 Vocabulário crítico

*Anunciar:* fazer conhecer ou fazer saber, indicando o que se pretende dizer. Anunciar, no presente trabalho, é precisamente apresentar pela primeira vez o que se vai desvendar no plano da exposição. Tem o mesmo sentido que na Bíblia: “o anjo do Senhor anunciou a Maria”.

*Conclusão:* neste contexto, resumo marcante de tudo o que foi exposto. É o ponto de chegada, como a introdução é o ponto de partida. A conclusão deve conter os argumentos maciços, devendo permitir o alargamento da ideia geral. É na conclusão que se planta, num derradeiro esforço, a mensagem.

*Desenvolvimento por partes:* aqui, processo expositivo em que se dá prosseguimento ao desenrolar do tema por partes, preferencialmente de uma maneira progressiva ou oposta, procurando o equilíbrio entre elas. Desenvolver por partes o corpo do assunto é o ponto central da exposição e, em particular, deste trabalho.

*Dividir:* é repartir o todo em suas partes, distribuindo o tema na introdução, desenvolvendo-o por etapas e finalmente concluindo.

*Exposição:* narrativa, narração, explanação, desenvolvimento; maneira de dizer ou expor. Exemplo: fez com elegâ-

cia e proficiência a exposição das suas ideias. Neste texto, refere-se à maneira de dizer, de comunicar, de desenvolver o assunto encadeado por partes.

*Ideias:* conjunto de pensamentos e/ou concepções de um indivíduo ou de um grupo social em qualquer domínio. Neste trabalho, é tomado no sentido comum de pensamentos, isto é, algo que se pretende comunicar.

*Introdução:* aqui, parte inicial do desenvolvimento de um tema, localizada após o prefácio, quando houver, e onde se definem as questões, indica-se o caminho a seguir, o modo como vai ser tratado o assunto e o anúncio do plano. A introdução é o ponto de partida, como a conclusão é o de chegada. Na introdução devem estar presentes os propósitos do que será dito depois.

*Motivação:* demonstração da importância do assunto ou de seu interesse prático.

*Oposição:* aqui, critério de divisão das partes no desenvolvimento do tema, de modo a criar contraste, dando vida e lógica à exposição.

*Ordenar:* colocar em ordem, arranjar, dispor de uma maneira sequencial, por etapas, os vários itens, de modo a conduzir à compreensão clara, lógica e comunicativa.

*Plano:* neste texto, é a previsão das disposições do que se quer expor ou dizer, por etapas, contendo a introdução, onde se anuncia o que será exposto, o desenvolvimento por partes do tema central e a conclusão, com o resumo marcante do que foi dito. Plano como oposição a improvisação.

*Potencial de ideias:* conjunto virtual de pensamentos a serem desenvolvidos em ordem, no processo expositivo, por meio do plano. O inventário das ideias precede o seu ordenamento no plano.

*Progressão:* no contexto, critério de divisão das partes no desenvolvimento do tema por meio de uma sucessão ininterrupta e constante das diversas etapas da exposição.

*Receptor:* aquele que recebe a mensagem emitida por quem a anuncia.

*Resumo:* neste trabalho, exposição abreviada de uma sucessão de acontecimentos, das características gerais de alguma coisa etc., tendente a favorecer sua visão global. A conclusão deve conter o resumo maciço dos argumentos expostos de uma maneira convincente.

## 7 Bibliografia comentada

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS; Comissão de Estudos de Documentação. *Normas brasileiras em documentação*. Edição atualizada. Rio de Janeiro, 1978.

Coletânea de normas brasileiras sobre vários aspectos da documentação, tais como referências bibliográficas e apresentação de artigos. Publicação extremamente útil para todos os que escrevem.

CAPITANT, Henri. *La thèse de doctorat en droit*. 4. ed. Paris, Dalloz, 1951.

Embora o livro se destine a estudantes de direito, há um capítulo sobre o plano, como verdadeira ossatura da obra, que insiste na disciplina do espírito, o que é tratado no desenvolvimento por partes.

CONQUET, André. *Comment faire un exposé*. 5. ed. Paris, Centurion, 1967.

Ensina como pensar, comunicar e avaliar uma exposição oral. Particularmente direcionado à organização do plano, “itinerário que conduz ao tesouro escondido”, partindo da introdução, do corpo da exposição e chegando à conclusão.

DUCASSÉ, P. *Formation intellectuelle et méthodes d'expression*. 2. ed. Paris, Dunot, 1968.

Livro de feição técnica que visa relacionar a formação intelectual com os métodos de expressão pela eficácia da comunicação e da informação, assim como pelo controle do pensamento e da própria expressão.

FLETCHER, Leon. *Como falar como um profissional*. Trad. Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro, Record, 1983.

Dentre as etapas para o falar bem, como o controle do medo, a escolha do assunto, a reunião de ideias e informações, a etapa “como organizar seu material” é essencial. Nela deverá se estabelecer o formato para o discurso, primeiramente a introdução, com captação da atenção e resumo do que será dito; em segundo lugar, a apresentação, onde serão expostos os pontos principais, com ordenação lógica e sustentação; finalmente, a conclusão, onde se recapitula e se faz uma afirmação memorável.

GUITTON, Jean. *Le travail intellectuel; conseils à ceux qui étudient et à ceux qui écrivent*. Paris, Aubier/Montaigne, 1992.

O livro se destina a ajudar estudantes e todos os que escrevem a pensar, a colocar em ordem suas notas, sugestões e planos de trabalho intelectual, prevendo o que tem a dizer, o que se disse e o que ficou dito. Do ponto de vista da metodologia do plano, talvez seja um dos trabalhos mais eficientes e exemplificativos da maneira francesa de ordenar as ideias.

MAUROIS, André. *Arte de viver; ou pequena filosofia da vida*. Trad. Odílio Costa Filho e Álvaro Costa. 6. ed. Rio de Janeiro, Vecchi, 1965.

É um esboço da arte de viver sob seus diversos aspectos, com regras sobre a conduta individual, como a arte de pensar, amar, trabalhar e envelhecer, destacando-se o método cartesiano, que busca eliminar do pensamento certas causas de erro, como a precipitação e a prevenção.

MAZEAUD, Henri. *Le plan*. In:—. *Nouveau guide des exercices pratiques*. Paris, Montchrestien, 1964.

Entre as várias disposições para os exercícios práticos, como cursos, livros, documentação, estilo, falar em público e exame, o Autor dispôs um capítulo acerca do plano como condição da clareza. Para Mazeaud, desenvolver um assunto sem estabelecer um plano é caminhar com os olhos fechados. O trabalho é excelente para o estabelecimento das partes do corpo do assunto.

SERTILLANGES, A. D. *La vie intellectuelle; son esprit, ses conditions, ses méthodes*. Paris, CERF, 1965.

A destinação da vida intelectual exige vocação e dedicação, condições e métodos. O Autor, baseado na experiência pessoal de filósofo, traça assim o esboço da vocação intelectual.

VALÉRY, Paul. *O pensamento vivo de Descartes*. Trad. Maria de Lourdes Teixeira. São Paulo, Martins Fontes, 1981. O Autor apresenta o pensamento cartesiano de uma maneira clara e atual, assinalando os problemas do método exposto por Descartes, nas quatro famosas regras: a da evidência, a da análise, a da síntese e a do recenseamento. Considerando que a maneira da exposição em introdução, desenvolvimento por partes e conclusão está ligada ao racionalismo, é útil conhecer o pensamento do filósofo francês.